



*[Handwritten signature]*

**Reunião pública** – Ata n.º 24/2015

**Data** 2015-11-09

**Início** 14.35 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.25 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:** -----

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28-09-2015** -----

**BALANCETE** -----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:** -----

**N.º 01 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DOS COLÉGIOS NUN'ALVARES DE TOMAR (69/PPRC/PR/2015)**-----

**N.º 02 – PROGRAMA TOMARNATAL 2015 (70/PPRC/PR/2015)**-----

**N.º 03 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 2015 (71/PPRC/PR/2015)**-----

**N.º 04 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – delegação de competência na Presidente da Câmara Municipal (74/PPRC/PR/2015)** -----

**N.º 05 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (72/PPRC/PR/2015)** --

**N.º 06 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (73/PPRC/PR/2015)**-----



9

- INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE:**-----
- N.º 07 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (68/PPRC/PR/2015)**-----
- N.º 08 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DE 2015 (104/PGEN/PR/2015 - 15/DIVER/PR/2013)**-----
- GABINETE DE COMUNICAÇÃO:**-----
- N.º 09 – APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – outubro de 2015 (24/PGEN/GC/2015)**-----
- GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:**-----
- N.º 10 – APANHA DA AZEITONA NO LOGRADOURO ENTRE A RUA DA CASCALHEIRA E A RUA DA FÁBRICA DA FIAÇÃO (8161/ENTE/DAJA/2015)**-----
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----
- N.º 11 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS (8134/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)**-----
- N.º 12 – CEDÊNCIA DE GASÓLEO AO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR (289/PGEN/DOM/2015)**-----
- UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----
- N.º 13 – PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016 (14/ESPP/UISE/2015 - 3/DIVER/DEAS/2013)**-----
- N.º 14 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA – 2.ª FASE (15/ESPP/UISE/2015 - 27/ASESC/DEAS/2013)**-----
- N.º 15 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 2.ª FASE (16/ESPP/UISE/2015 - 56/ASESC/DEAS/2013)**-----
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----
- N.º 16 – CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PARA JOGOS E TORNEIOS OFICIAIS NA ÉPOCA 2014/2015 – ISENÇÃO DE CUSTOS (33/EVAT/UDJ/2015 - 17/CEDESP/DDJ/2013)**-----
- N.º 17 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Futebol de Santarém (7651/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014)**-----



**N.º 18 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo (7526/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014)** -----

**N.º 19 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Associação de Natação do Distrito de Santarém (7966/ENTE/DAJA/2015 - 6/CEDESP/UDJ/2014)** -----

**Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público.** -----

**O Sr. Bernardo Macedo** começou por, em nome dos pais dos alunos da EB1 de Cem Soldos, agradecer à Câmara Municipal e ao seu Gabinete de Informática o esforço que tem feito para dotar as escolas do ensino básico de novos computadores. Referiu que, até há pouco tempo, aquela escola tinha duas torres fixas de má qualidade e software desatualizado, tendo recentemente sido disponibilizados dois portáteis. Perguntou se seria possível disponibilizar à escola um quadro branco pois o contraste entre o giz e a tela de fundo existente, de cor verde, não facilita a leitura pelas crianças. Disse que um quadro interativo seria bem recebido mas acarreta despesas bastantes avultadas e têm preferência, e uma certa urgência, pelo referido quadro branco e respetivas canetas. De seguida, referiu que, há largos meses, enviou um email à Câmara Municipal com umas fotografias do pórtico da Igreja de Santa Maria do Olival, o qual se tem vindo a degradar lentamente, caindo todos os dias pequenos fragmentos de pedra, situação que tem vindo a acompanhar. Disse que, em resposta, foi informado de que uma equipa técnica ia avaliar a situação, pelo que, tratando-se de uma situação delicada, solicitava informação se a peritagem foi feita. Disse saber que a Igreja é um monumento nacional de grau um, de gestão partilhada, onde a Câmara e a Diocese de Santarém também têm uma palavra a dizer, salientando que esta Igreja é muito especial, panteão dos Templários, muito significativa para muitas pessoas, de várias sensibilidades, e devem fazer tudo para que não se degrade. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que, também como informação aos Srs. Vereadores, aproveita para fazer o retrato do parque informático do Município, o qual possui cerca de quinhentos computadores, uma boa parte dos quais estão nas escolas, a grande maioria com dez anos ou mais, para além de diversos projetores, routers e demais equipamento. Disse que o parque informático está algo envelhecido e há consciência de que é preciso promover a sua atualização, pelo que, no orçamento para dois mil e dezasseis, está prevista uma verba para encetar um procedimento de aquisição de cem/cento e vinte computadores, para, pouco a



*[Handwritten signature]*

pouco, possibilitar a atualização do equipamento nas escolas e nos serviços municipais, incluindo no Espaço Internet da Biblioteca onde também têm algumas deficiências. Salientou que, nas escolas, os equipamentos são mexidos por muitas mãos e isso faz com que tenham problemas acrescidos, pelo que, no início do ano letivo, é feito um esforço para que, dentro das limitações existentes, as escolas comecem com computadores preparados o melhor possível. Informou que, anualmente, são gastos cerca de quinhentos euros por computador em licenciamento de software, obrigatório para qualquer entidade pública, o que constitui uma despesa bastante grande. Informou que também foi feito um reforço de dez portáteis por agrupamento de escolas, para que os coloque onde sintam maior falta, e têm tentado que exista pelo menos um computador nas salas do pré-escolar. Salientou que esta atuação resulta de fato de um grande esforço pois as questões tecnológicas desatualizam-se a cada ano e se não atualizarem regularmente – o que não aconteceu nos últimos anos - a situação atinge uma dimensão muito grande. No que se refere ao quadro branco, não sabe se o pedido terá chegado aos serviços de educação mas vai ver o que pode ser feito, sendo certo de que vão articulando estas situações com os agrupamentos de escolas e, no início do ano letivo, por motivos vários, há sempre alguma transferência de equipamentos entre escolas. -----

**O Sr. Bernardo Macedo** agradeceu a disponibilidade para analisar o pedido formulado, o qual, se necessário, será encaminhado pela senhora professora através do agrupamento.-----

**A Sra. Presidente** informou que, há alguns meses, se deslocou a Tomar uma equipa da DGPC para ver a Igreja de Santa Maria do Olival e o Aqueduto dos Pegões, e que o Município aguarda que digam que intervenções pode fazer. Referiu que, no âmbito dos fundos comunitários, a Secretaria de Estado da Cultura foi responsável pelo chamado mapeamento dos edifícios património mundial, como é o caso do Convento de Cristo, e dos edifícios património nacional, como é o caso da Igreja de Santa Maria do Olival, e não incluiu esta Igreja no referido documento. Informou que temos que aguardar que digam que tipo de intervenção tem que ser feita para, depois, tentar chegar a um acordo de repartição de verbas. Deu conhecimento que o Município se disponibilizou e conseguiu uma intervenção no Aqueduto dos Pegões, na Capela de São Gregório e na Sinagoga, património que também não é da sua competência. Referiu que não faz sentido falar do Convento de Cristo e não falar da Igreja de Santa Maria do Olival e que, depois de identificadas as intervenções necessárias se tentará chegar a acordo com a nova estrutura ministerial para tentar uma forma de conseguir que, dentro das suas possibilidades, o Município assumira uma intervenção, o que não pode ser feito sem o parecer e acompanhamento da DGPC. -----



9. 11

**O Sr. Bernardo Macedo** afirmou que está ciente disso e que, sabendo que estas questões têm que transitar através da Câmara, dirigiu simultaneamente o email à Câmara, à DGPC e à Diocese de Santarém. Informou que, a título particular, falou com uns engenheiros do LNEC que lhe disseram que a intervenção não será muito complicada porque é uma aplicação de resinas epoxídicas sobre a pedra, para consolidação. Disse que sabe que estas questões obedecem a trâmites legais e técnicos, devem passar pelas diversas entidades para aprovação, mas convém alertar para uma certa urgência porque o pórtico já teve várias intervenções deste género, há várias pedras que estão carcomidas e consolidadas, e, diariamente, caem pequenos fragmentos de duas pedras que se estão a degradar aceleradamente e espera que a situação não se arraste muito. Por último, perguntou o que deve fazer para poder seguir esta situação.-----

**A Sra. Presidente** informou que é prática no Município dar reporte do andamento do processo aos munícipes que escrevem a colocar um problema.-----

**O Sr. Américo Costa** começou por, uma vez mais, abordar a falta de resposta à reclamação que apresentou a treze de março do corrente ano, na Divisão de Gestão do Território, com número cento e quarenta e quatro mil trezentos e oitenta e um, relativamente à qual a Sra. Presidente, de acordo com informação prestada pelo Sr. Saraiva, do apoio ao consumidor, teria o prazo de trinta dias úteis para apresentar por escrito uma justificação porque é que mandou à sua loja dois polícias e um fiscal da Câmara, para perguntar ao seu pai, de oitenta e quatro anos, o empresário mais antigo desta cidade, se tinha colocado uma árvore de Natal com quatro metros de altura e noventa quilos de peso. Disse que ainda está à espera e que, se a resposta não for dada um dia destes vai para o Tribunal da Relação. De seguida, denunciou que a Águas do Centro não está a trabalhar bem e estamos a pagar-lhe todos os meses. Disse que tem provas concretas que, todas as madrugadas, abrem as goelas à ETAR da Zona Industrial e não estão a tratar os resíduos domésticos, pelo menos durante a madrugada, e que, com o aumento do caudal, não tratam nada. Disse que os SMAS e a Câmara Municipal têm que defender os interesses dos tomarenses e recordou que, há um ano, já foram apanhados, disseram que era um problema da estação de bombagem mas todos os anos fazem isso, geralmente à saída de Tomar, na zona sul, e frequentemente através da Ribeira da Beselga. Disse que fica aqui a denúncia, que a Sra. Presidente terá obrigação de investigar, e disponibilizou-se a apresentar as provas que possui. Se, entretanto, não vir que algo mexe vai para a imprensa e apresenta as provas. Referiu-se ainda ao tema que está muito atual pela situação que ocorreu em Albufeira e disse que temos em Tomar uma situação muito parecida



*[Handwritten signature]*

pois, neste momento, das seis condutas que foram metidas no cais novo, a que chamam as docas, três estão incapacitadas a mais de cinquenta por cento e as restantes devem estar perto dos vinte por cento. Referiu que as tampas colocadas por baixo do passadiço dessas tais docas já saltaram todas e qualquer coisa de muito grave ali se está a passar ou poderá vir a passar. Disse que, em dia de caudal, de chuva intensa, pode ver-se que as condutas não estão a despejar praticamente nada, está quase tudo entupido, deixou-se passar o verão e não se fez ali nada, estão tapadas com areia e com ervas, três delas totalmente inoperacionais, e está tudo a sair por baixo do passadiço. Disse que outro problema é o gradeamento na Levada, que está muito bonito, as comportas ficaram muito bem arranjinhas, subiram os muros (por um lado, até concorda) e fecharam aquilo muito bem, mas não se compreende como metem gradeamento daquele nas pontes, foi a maior estupidez, podendo dar origem a um bloqueio total na Levada porque não deixa passar nada e defendeu que era de mudar esse gradeamento porque muito lixo passa por cima das pontes. Disse que faz este tipo de denúncias por uma questão de cidadania, por ter um fascínio pelo Rio, porque julga que tem cem por cento de razão, julga que conhece o rio e o seu caudal suficientemente para falar nestas coisas, tem uma licenciatura em gestão ambiental mas se tivesse a quarta classe chegava às mesmas conclusões porque fez vinte anos de pesca de competição, viu todo o género de caudal, olha para um rio e sabe a qualidade da água pelas espécies que lá existem, tem essa perceção e talvez ninguém aqui conheça melhor o rio. Referiu que fica aqui o aviso e espera que não haja nenhuma queda de água como ocorreu em Albufeira porque aquela zona vai-se transformar numa autêntica piscina, talvez muito pior que em Albufeira. Para terminar disse que a Sra. Presidente não deve querer dizer nada mas já está habituado a que tal aconteça. -----

**A Sra. Presidente** informou que a resposta que o Sr. Américo sistematicamente vem reclamando lhe foi dada dentro do prazo legal, tendo, entretanto, sido distribuída cópia da mesma aos Srs. Vereadores. No que se refere ao rio e às descargas, disse que todos queremos preservar o rio mas a Câmara não tem competência naquele troço do rio e, quando deteta alguma coisa apresenta automaticamente queixa na GNR e avisa a entidade competente, a APA, e que é isso que um cidadão tão interessado no rio deverá fazer pois se fizer as denúncias junto das entidades competentes estaremos todos a trabalhar no mesmo sentido. --

**O Sr. Américo Costa** disse que, como não pode falar mais depois pedirá aos Srs. Vereadores para conhecer a resposta da Sra. Presidente porque não recebeu resposta nenhuma e, de



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

acordo com a informação do Sr. Saraiva, tinha que ser prestada por escrito para a morada que lá deixou.-----

**Terminado o período de atendimento ao público, a Sra. Presidente deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**A Sra. Presidente** informou que, na sequência do incêndio que deflagrou em Tomar e se propagou aos concelhos de Constância, Barquinha e Abrantes, foi aberta uma linha de candidatura específica para os quatro concelhos e está a ser trabalhada uma candidatura a fundos comunitários para limpeza das linhas de água e revitalização das áreas ardidas. Deu conhecimento que, na semana passada, no seguimento das reuniões tidas com os parceiros espanhóis, foi entregue a pré-qualificação ao Programa SUDOE, para o eixo de sustentabilidade ambiental focado nos Caminhos de Santiago. Informou que virá à próxima reunião uma informação mais detalhada sobre o resultado das reuniões que decorreram em Tomar, na passada semana, com a delegação francesa, acompanhada por um perito da Comissão Europeia, para preparação de um dossier, a entregar em setembro do próximo ano, para reconhecimento da Rota Europeia dos Templários como itinerário cultural do Conselho da Europa. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** solicitou cópia da candidatura para revitalização das áreas ardidas no incêndio que deflagrou junto à Portela e pediu que as informações agora prestadas sobre os Caminhos de Santiago e a Rota Europeia dos Templários fossem prestadas por escrito. De seguida, disse que, quando há problemas de segurança na cidade alguém aparece logo a dizer que não há problemas de segurança mas a realidade é que os fatos acontecem. Reiterou o que sempre foi defendido pelos IpT, desde que a PSP deixou de estar no Palácio de Alvim e foi para a parte nova da cidade, que é necessário haver uma maior presença na zona histórica, nomeadamente à noite e aos fins-de-semana, porque é aqui que acontecem estes episódios. Referiu que quando tinham aqui as instalações da PSP havia uma maior proximidade e as coisas não aconteciam com tanta frequência, e, apesar de além do rio também haver constantemente notícias de assaltos durante a noite, estes atos com agressões físicas e distúrbios acontecem muito mais nesta zona da cidade. Pediu à Sra. Presidente para ter acesso a relatórios que possam existir das consequências do que se passou e foi notícia. Disse que sempre defenderam que a polícia de proximidade na zona histórica da cidade devia acontecer e estar implementada mas, infelizmente, até ao momento, isso não acontece e a questão da segurança é algo que deve merecer a preocupação de todos. Ainda em matéria de segurança,



*[Handwritten signature]*

lembrou que alguns edifícios, pela sua arquitetura, levam à utilização dos seus recantos por alguns marginais, e a outras situações, como é o caso do edifício da Biblioteca Municipal, e são vítimas de vandalismo, como é o caso do edifício da Rua Alexandre Herculano, onde estão os serviços da DGRS. Referiu que não se perdia nada se, à noite, a PSP passasse mais vezes naqueles locais porque os residentes queixam-se e, por vezes, de manhã, as pessoas que ali trabalham encontram os espaços num estado complicado. Sobre a questão da limpeza, para a qual têm aqui alertado, começou por se referir à falta de equipamento e à informação prestada pela Sra. Presidente, aquando da discussão do orçamento, que equacionava um concurso internacional para adjudicar a recolha de resíduos e a limpeza na cidade. Reiterou que é necessário investir e, em seu entender, são daqueles serviços que o Município não pode deixar de ter. Referiu que, nem a propósito, nessa semana, constatou nas redes sociais que o Município de Mira enveredou por essa situação e estão defraudados com a expectativa que criaram e com o mau empenho da entidade a quem adjudicaram o serviço. Disse que continuamos a ter no concelho muita gente não qualificada e era uma forma de terem seu emprego e, por outro lado, numa cidade como a nossa, com muitos eventos, com certeza que o serviço que adjudicariamos seria constantemente objeto de trabalhos a mais, por força desses eventos. Defendeu que, se tivermos capacidade para fazer esses investimentos é preferível assegurar os serviços porque acabamos por pagá-los bem mais caros se os entregarmos a outra entidade. Disse que não tem grandes dúvidas disso e que os IpT são claramente apologistas de que devemos investir na limpeza, pois somos uma cidade histórica, com muito turismo e muitos turistas, e devemos saber receber, sendo fundamental a questão da limpeza. Defendeu que deve haver campanhas de sensibilização para os titulares de licença de uso de espaço público e serem equacionadas eventuais sanções para os donos de algumas esplanadas porque muitos deles estão à espera que sejam os funcionários da limpeza urbana a limpar o que eles deixam sujo e tal não pode acontecer, quem tem esplanadas tem que ter a obrigação estrita de deixar tudo em condições. Referiu também que há zonas - não as identifica porque compete a quem gere a Câmara, sendo certo que, se fosse presidente já tinha atuado de certeza sobre essa matéria - em que os espaços são públicos e as pessoas têm que ir para a estrada porque não podem passar no passeio, constantemente ocupado, para além de que a sujidade existe. Defendeu uma sensibilização nesta matéria e um alerta para que, se não desse frutos tinham que atuar e equacionar a perda do direito ao uso do espaço pois não podem estar a usar espaço público e não o preservar como devem. Defendeu que também é importante uma sensibilização em matéria de separação do lixo pois não podem



permitir que restaurantes, e outros, despejem restos de comida diretamente nos contentores, ainda mais por parte de alguém que vive do turismo, porque é desaconselhável ter à sua porta, ou perto, contentores com cheiros, além de poder exigir maior esforço do Município e maiores gastos para limpar o que devia estar cuidado. Chamou a atenção para estas três vertentes em matéria de limpeza: equipamento e resposta que temos que dar em termos de sensibilização e de eventuais sanções àqueles que não respeitarem o espaço público que lhes está adstrito provisoriamente. Por último, chamou a atenção para o estado em que se encontra a zona de eucaliptal propriedade do Município, perto das unidades industriais do Parque Empresarial de Tomar, pois não está limpo nem respeita os cinquenta metros desarborizados, o que constitui um perigo. Sugeriu que se analise se os eucaliptos estarão em condições de ser cortados. -----

**A Sra. Presidente** informou que está marcada para este mês uma reunião do Conselho Municipal de Segurança onde a PSP e a GNR deverão apresentar os dados sobre a criminalidade deste ano, a exemplo do que fizeram no Conselho Municipal de Juventude, e onde os conselheiros poderão transmitir as suas preocupações, para que possam analisar o que tem que ser feito, em articulação com as forças de segurança. Informou que um dos parceiros pediu a inclusão na ordem de trabalhos de um ponto sobre medidas de autoproteção nas escolas, encontrando-se em análise se cabe no âmbito de atuação desse órgão. No que se refere à recolha de resíduos sólidos, informou que temos cinco camiões de recolha mas a semana passada só um esteve a trabalhar. Referiu que o equipamento está muito velho mas o investimento para a sua substituição é muito elevado, pois cada um custa cerca de trezentos/quatrocentos mil euros. Salientou que ainda não está tomada nenhuma decisão mas a avançar para o concurso internacional seria única e exclusivamente para recolha de resíduos, possibilidade que está considerada no orçamento dos SMAS mas é assunto que tem que ser discutido com o envolvimento de todo o Executivo. Referiu que o recurso a outsourcing para recolha de resíduos permitiria libertar trabalhadores para reforçar a limpeza urbana, a qual, em casos pontuais, como a Festa dos Tabuleiros e a Festa Templária, foi assegurada com recurso a entidades externas, a exemplo do que também aconteceu na limpeza da zona histórica, ao fim-de-semana, no período de abril a outubro de dois mil e catorze, porque, normalmente, as noites de sexta-feira e de sábado são muito complicadas. Recordou que também o edifício da Câmara tem o problema a que se referiu o Sr. Vereador Pedro Marques. Referiu ainda que os nossos trabalhadores são poucos e se vierem trabalhar ao fim-de-semana se colocam outros problemas porque temos um teto máximo de trabalho extraordinário que



não podemos ultrapassar. Relativamente às campanhas de sensibilização, informou que foi solicitado aos SMAS que preparassem uma campanha para os monos - apesar de termos um serviço gratuito de recolha, assiste-se ao contínuo depósito de monos ao lado dos caixotes do lixo - e outra sobretudo direcionada ao centro histórico e às unidades de restauração para que depositem o seu lixo a partir de determinadas horas. Disse que concorda com a penalização nesta matéria e que a mesma pode ser equacionada no âmbito da revisão do regulamento das taxas. Referiu que a questão das esplanadas tem um outro problema que está a ser trabalhado no setor jurídico pois, em Tomar, temos esplanadas em espaço público, outras em espaço privado, outras em espaço privado com usufruto público e chegamos a ter a mesma entidade a explorar mais do que uma esplanada, pagando nuns sítios e não pagando noutros, ou a querer ampliar o seu espaço sem que se saiba que tipo de espaço é. Sublinhou que, não estando a qualidade do espaço definida em contrato de urbanização esta questão deve ser uniformizada para a área do concelho. Adiantou que quando a esplanada ocupa espaço público compete à entidade exploradora a limpeza do espaço mas não estão previstas coimas em caso de incumprimento, pelo que concorda que o novo regulamento deva caminhar nesse sentido. Adiantou que os serviços jurídicos já elaboraram uma proposta de regulamento que vai ser avaliada antes de ser submetida ao Executivo Municipal. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não sabe se haverá algum espaço de utilização exclusivamente privada, o que pode ser verificado no projeto, mas, a haver, a sua ocupação terá que ter sempre a anuência do Município e têm que arranjar forma de taxar isso e obrigar a que tenham o espaço em condições. Referiu que têm sempre forma de atuar e que o pior que pode acontecer a quem explora esses espaços é poder ficar privado da sua utilização por determinado espaço de tempo, até porque há estabelecimentos que têm quase mais espaço no exterior do que coberto. Salientou que o grande problema dos restaurantes é despejarem diretamente para os contentores o que transportam nos sacos em vez de depositarem nos contentores os sacos hermeticamente fechados e que há exemplos graves dessa atuação, causadora de cheiros impossíveis, até para os moradores dessas zonas, pelo que a sensibilização tem que apostar nesta matéria mas também prever sanções para quem persista em comportamentos inadequados pois é incompreensível que entidades empresariais como os restaurantes, que vivem do turismo e reclamam se as coisas não estão em condições, tenham este tipo de atitudes. Alertou ainda para a necessidade de sensibilizar para a recolha seletiva porque temos muitos sítios em que o contentor que devia servir para depositar o lixo normal



*J.*  
*AD*

está cheio de papelões e outros materiais e as pessoas acabam por deixar os sacos no exterior. -----

**A Sra. Presidente** deu conhecimento que foi iniciado nos SMAS um procedimento contratação de serviços para limpeza dos cerca de cinco mil contentores do Concelho pois o equipamento que possuímos está avariado e tendo sido ponderado fazer a sua manutenção não existem garantias que conseguisse assegurar este serviço e também não existem condições para adquirir um novo equipamento. Referiu que não são só os restaurantes que têm comportamentos inadequados, também há munícipes que despejam o lixo de forma incorreta nos contentores, obrigando a uma manutenção maior do equipamento que está completamente degradado. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** disse que seria importante agendar as ações de limpeza e de remoção de lixo orgânico e de resíduos em função das áreas urbanas, tirando o lixo nas Ruas A, B e C até determinada hora, pois, se calhar, sabendo o giro do próprio carro de recolha, conseguíamos reduzir o impacto desta situação e evitar amontoados de lixo, desorganizados, e trabalhar de forma conjunta e articulada com empresas e moradores. Disse que existe pouca ou nenhuma sensibilidade da parte de quem coloca o lixo - havendo esta linha de apoio para recolha de monos há alguns anos, cada vez se vê mais colchões, sofás e frigoríficos junto aos contentores - pelo que convém relembrar, sensibilizar mais acentuadamente, distribuir flyers nas escolas, por exemplo, para tentar reduzir este impacto negativo que não é bom para quem gere, nem para a vida dos munícipes e nem para quem nos visita. Recordou o estado em que encontraram a Praça da República há cerca de duas semanas, também porque os serviços estavam canalizados para a Feira de Santa Iria. Disse que esta desorganização da limpeza e o uso impróprio dos espaços públicos provoca desagrado e causa mágoa ver uma cidade tão bonita, reconhecida como tal no país e no mundo, com tal efeito negativo que em nada abona o turismo e o turista. Em matéria de segurança, salientou que temos que repensar a segurança no centro histórico pois parte da segurança que ainda ali existe se deve àqueles que, com algum espírito de sacrifício, ainda mantêm os estabelecimentos abertos, e ao número de clientes e de pessoas que andam na rua porque, a partir de certa hora, o que conseguem observar e visualizar de forças de segurança é muito pouco. Defendeu que o Município deverá interceder junto do MAI no sentido de conseguir trazer um piquete para local a definir no centro histórico, pois esta zona da cidade carece de forças de segurança. Referiu que mantém a opinião de que, do ponto da vista da segurança também não era seguro a PSP continuar no Palácio Alvim pois facilmente se cortavam as ruas e não tinham como dali sair e,



no sítio em que atualmente se encontram, conseguem chegar a todo o lado com alguma mobilidade. Disse que, todavia, fica descurado o nosso centro histórico, onde a habitação é cada vez mais reduzida e cada vez há mais prédios devolutos. Disse que, por vezes, nem sequer se apercebem, mas a violência existe e deve merecer atenção de todos para que possam inverter este sistema de violência gratuita por jovens que, muitas vezes, nem são do concelho e vêm simplesmente para destabilizar. -----

**A Sra. Presidente** disse que os circuitos de recolha de resíduos têm horas fixas e que, no local onde mora, sabe a hora a que passa a viatura, como toda a gente que mora na zona, mas assiste a que, passada meia hora do camião passar já lá estão colchões. Concordou que é preciso muita sensibilização e também que terá de haver alguma penalização. No que se refere à segurança, adiantou que, apesar não ser fácil, pois todos os comerciantes terão que estar unidos e de acordo, também poderiam equacionar a questão dos guardas noturnos, como já existiu, e que se esse caminho for considerado no âmbito do Conselho Municipal de Segurança estão disponíveis para fazer também esse caminho. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por apresentar à Sra. Presidente o seu lamento por, na última reunião extraordinária, lhe ter cortado a palavra, de imediato e sem qualquer justificação. Disse que esta atitude foi isolada mas espera que não se repita e que a Sra. Presidente não o volte a interromper da forma como fez porque, tal como a Sra. Presidente, foi eleito para exercer o seu mandato, não estava a ser ofensivo, nem faz parte do seu carácter ser ofensivo com ninguém, e respeita a Sra. Presidente nessa função, como bem sabe ao longo destes dois anos em que trabalham juntos. Sublinhou que a Sra. Presidente, pelas funções que tem e pelas responsabilidades que teve, sabe como funciona um órgão democrático, nomeadamente a Assembleia da República, onde as pessoas podem debater no uso de funções parlamentares, podem emitir as suas opiniões e apresentar contra argumentação - a isso se chama democracia, que conquistámos - pelo que não pode deixar de lamentar nesta reunião, perante a Sra. Presidente, aquilo que ocorreu na última reunião extraordinária. Referiu que, em matéria de segurança, é usual dizer-se "casa arrombada, trancas à porta" o que, infelizmente, parece ser o que está a acontecer neste Município. Disse que os vereadores do PSD já alertaram para esta questão da segurança há muito tempo, porque, infelizmente, no Concelho de Tomar, episódios como este que se passou na Praça da República não são isolados e têm vindo a crescer. Referiu que a Sra. Presidente responderá que o índice de criminalidade não está a aumentar, conforme o índice que a PSP ou a GNR lhe fornecem, mas sabem que a maioria das pessoas, se calhar mais de cinquenta por cento, não apresentam



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

queixa. Disse que é um fato que assim acontece porque essas pessoas normalmente recebem uma carta a dizer que é necessário constituir advogado e que têm de pagar taxa de justiça e também porque têm medo ou receio de apresentar queixa. Disse que fala com conhecimento de causa pois exerceu advocacia privada no concelho e sabe como isto funciona, sabe que, muitas vezes, a estatística da segurança não reflete a realidade e que há, claramente, insegurança em Tomar. Disse que percebe que, há uns tempos atrás, o Vereador Hugo Cristóvão tenha dito que Tomar é uma cidade segura e não pode haver alarmismos, percebe e até entende que, tendo responsabilidades políticas, tenha que fazer estas afirmações no sentido de não criar alarme social, mas não concorda porque, neste momento, infelizmente, Tomar não é uma cidade segura. Disse que não podem estar eternamente à espera para reunir o Conselho Municipal de Segurança, que, claramente, só vai reunir agora porque ocorreu este facto, porque já poderia ter reunido há muito tempo, já foi instalado há muito tempo, e vai reunir agora porque ocorreu este episódio mais conhecido, porque há outros, também há reporte de falta de meios de segurança da GNR para fazer face ao que se passa nas zonas rurais do Concelho. Referiu que há muitas aldeias habitadas por dez/quinze pessoas, a maioria idosas, as quais, neste momento, estão à mercê dos larápios, e não há forças de segurança suficientes. Recordou que os vereadores do PSD já pediram, e nunca foi agendada, uma reunião com carácter de urgência, pelo que insistem nessa necessidade. Disse que, independentemente do Conselho Municipal de Segurança se poder pronunciar, e bem, pois é um órgão consultivo, sendo a Câmara Municipal o órgão executivo deve haver uma necessidade urgente de falar o que se passa no concelho de Tomar porque é grave. Referiu que o centro histórico é cada vez mais desabitado e não há forças de segurança a percorrer o concelho de Tomar - provavelmente, a própria Polícia e o próprio Comandante da Polícia queixam-se da falta de efeitos porque, se calhar, só têm duas pessoas para a noite toda na área urbana do concelho; a GNR a mesma coisa - e têm que fazer valer esta questão. Disse que não podem olhar só para os dados estatísticos - sabe que eles se vão defender que registam poucas queixas, e é verdade que podem registar poucas queixas porque a maioria dos crimes são semipúblicos e é necessário apresentar queixa - pois estes não refletem a realidade e a Câmara Municipal tem que atuar, embora não esteja nas suas competências diretas. Disse que é grave que alguém com responsabilidades nesta casa - a Sra. Presidente sabe quem é essa pessoa e do que está a falar - tenha afirmado publicamente que a Câmara nada tem a ver com o que se passou, deixando-os a pensar como é que uma Câmara Municipal pode tomar este tipo de atitudes quando deve ser ela a ter um papel muito proactivo



9  
A

na defesa dos cidadãos e dos seus interesses. Disse que não havendo segurança, por mais estratégia que se possa implementar – embora não haja estratégia desta gestão para o concelho de Tomar – as pessoas acabam por abandonar porque a crise social começa a acontecer. Disse que a resposta que lhe foi dada pela Sra. Presidente quanto à questão da abertura do Mercado, que abre quando as obras estiverem prontas, mostra um completo desnorte, e referiu que a Sra. Presidente responde como quiser mas é escrutinada perante este tipo de respostas, porque os comentários que depois se fazem lá fora têm as consequências que têm para a Sra. Presidente. Disse que ou há aqui uma informação que não chega aos vereadores que não estão a tempo inteiro – e devia chegar -, ou a Sra. Presidente tem dados que não lhes quer dar, ou estão a mentir à Sra. Presidente, porque a Radio Hertz veio reafirmar que o mercado abre no final deste ano ou no princípio do ano que vem. Disse que, com base nestas notícias, é legítimo que os membros deste órgão queiram saber quando abre o mercado, o mesmo acontecendo com os vendedores do mercado e com a população em geral. Disse que ou a Sra. Presidente não tem conhecimento – e aí investiga internamente algo que não sabe, e é muito grave para a Sra. Presidente; se fosse presidente ficava alarmado com o fato de o mercado estar pronto e a informação chegar lá fora e ele não saber - ou sabe e não o quer aqui dizer aos vereadores do PSD. Sublinhou que esta questão poderia e deveria ter tido um maior esclarecimento por parte da Sra. Presidente, que pode dar as respostas que quer mas terá depois as consequências que tiver. Por último, referiu-se à colaboração com a Associação dos Antigos Alunos dos Colégios Nun'Álvares de Tomar, algo que os vereadores do PSD já tinham dito que era necessário potenciar, e congratulou-se que este assunto venha à ordem de trabalhos de hoje. Disse que espera que seja o início de um processo de colaboração que é bom para o concelho e para Tomar, porque pelo CNA passaram grandes nomes a nível mundial. -----

**A Sra. Presidente** disse que estiveram dezasseis anos sem constituir o Conselho Municipal de Segurança, apesar de ter sido aprovado, ao fim de muito batalhar por parte do grupo do CDS-PP que já nem tem assento na Assembleia Municipal de Tomar, e que, às vezes, têm que relativizar as coisas ou ter cuidado com o que dizem pois vem-se agora dizer que estamos muito interessados na questão da segurança quando já a devíamos ter resolvido. Disse que enquanto eleitos locais têm obrigação de discutir aquilo de que têm conhecimento e de articular a atuação com todas as entidades e instituições envolvidas, e a envolver, com base no conhecimento que tem das coisas. Disse que a perceção e o sentimento de insegurança é uma coisa e outra a segurança que existe, sem querer com isto dizer que esteja tudo bem no



nosso concelho. Disse que não sabe se houve ou não um aumento da criminalidade mas, a ter acontecido, terão que analisar e identificar as causas – e o Conselho Municipal de Segurança será um órgão também por excelência para o fazer – e atuar a montante, para não tomarem única e exclusivamente medidas paliativas. Disse que a reunião do Conselho Municipal de Segurança já estava marcada na sua agenda e não ocorre a reboque do que aconteceu porque, se andassem ao sabor dos acontecimentos teria marcado uma reunião na altura em que aconteceram os descatos na freguesia de Olalhas porque esses descatos também envolveram tomarenses e são tão importantes como os que acontecem no centro da cidade. Disse que é nesta altura que é possível reunir aquele órgão onde vão analisar em que ponto estão e as causas, para poderem saber depois que medidas tomar. Quanto à questão do mercado, informou que o mercado abrirá quando as obras estiverem concluídas e toda a transferência dos comerciantes para o interior do edifício estiver concluída, tendo para o efeito sido iniciados os contatos com os comerciantes.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que não põe em causa, antes pelo contrário, o trabalho que é feito no nosso concelho pela PSP ou pela GNR, nem põe em causa se há ou não um aumento de criminalidade, podendo até não haver, porque a questão que se coloca é o sentimento de insegurança que as pessoas têm, e por alguma razão o têm. Disse que é isso que têm que combater porque a intervenção que ocorreu na quarta-feira passada, no Bairro Primeiro de Maio, é um exemplo de que as forças de segurança estão atentas mas não apaga minimamente o sentimento de insegurança que muita gente tem, nomeadamente no centro histórico. Referiu que, na altura da deslocalização da PSP para a zona nova da cidade se falava muito na polícia de proximidade no centro histórico por causa da idade e isolamento das pessoas que ainda ali residem, especialmente à noite, devido ao facto de ser pouco habitado, e saberem que a polícia não estava aqui gerava um sentimento de insegurança nos residentes e também um maior à vontade para alguns marginais que por aí andam. Relativamente ao protocolo de colaboração com a Associação dos Antigos Alunos dos Colégios Nun' Álvares de Tomar disse que acha bem o que a Sra. Presidente disse e ali vem referido em relação a todo aquele espólio, mas não podem esquecer a Associação Mendes Godinho. Disse que ambas as situações têm importância em áreas diferentes, é espólio que devem preservar, e acha estranho que esteja praticamente tudo pronto nos Lagares D'El Rei e a Associação Mendes Godinho não saiba se vai lá ter espaço ou não, se o espólio vai para aquele edifício, enquanto que, nas instalações do CNA, ainda estamos longe até de projeto e de intervenção e já está na ordem do dia o protocolo, o que acha bem. Disse que acha mal é que a outra situação esteja



9.  
A

atrasada ou esteja a ser ignorada e é para isso que chama a atenção, para que tal não aconteça, porque ninguém ignora que a Mendes Godinho teve uma importância fundamental no desenvolvimento do nosso concelho, e estarão todos de acordo com isso. Disse que, por outro lado, todos têm noção de que, muitas vezes, com o passar do tempo, o espólio vai desaparecendo e não gostava que, daqui a uns anos, fossem tentar arranjar um espaço para o espólio e não soubessem onde ele está ou estivesse em mãos particulares, de difícil acesso, e o último século da história de Tomar não esteja devidamente documentado. Disse que fica muito satisfeito com o protocolo do Colégio Nun'Álvares mas preocupa-o que o da Mendes Godinho não siga o mesmo caminho tanto mais que o edifício está pronto e é uma questão de definirem o espaço que a Associação Mendes Godinho pode ocupar nos Lagares D'El Rei. -----

**A Sra. Presidente** disse que a Associação Mendes Godinho não está esquecida. Referiu que quando o projeto da Levada foi candidatado já tinha definidas as funcionalidades dos espaços e que, neste momento, a Central Elétrica é o único espaço que está praticamente concluído e pode ser aberto ao público. Referiu que há uma proposta da Dra. Graça Filipe, que esteve em mobilidade no Município, baseada no referido projeto, mas essas funcionalidades têm que ser repensadas e revistas porque obrigam a um quadro de pessoal muito grande. Disse que faz todo o sentido a Associação Mendes Godinho ficar naquele espaço mas tem que se ver onde mediante a nova funcionalidade que se vai dar aos espaços pois não querem que seja um espaço morto. Disse que uma das ideias que está em cima da mesa, estudada também pela Dra. Graça Filipe, é a possibilidade de poder abrir-se uma oficina de latoaria, ao vivo, no espaço das antigas fundições, que vai manter-se com carácter oficial, porque também permite fazer a ligação à questão da Festa dos Tabuleiros, com o Centro Interpretativo na Vieira Guimarães, e às moagens. Disse que, depois de definidas as refuncionalidades dos espaços falarão com a Associação Mendes Godinho pois há um compromisso desde o início para estabelecer um protocolo e eles podem até animar a parte do espaço que venham a ocupar. --

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.** -----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:**-----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia seis de novembro do ano de dois mil e quinze, o qual



*[Handwritten signature]*

acusa os seguintes saldos: dois milhões duzentos e vinte e três mil quinhentos e seis euros e quinze cêntimos (2.223.506,15€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e quatro mil trezentos e setenta e oito euros e vinte e três cêntimos (184.378,23€) em Operações Não Orçamentais.-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

**N.º 01 - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE TOMAR E A ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DOS COLÉGIOS NUN'ÁLVARES DE TOMAR-----**

Foi presente o texto do Protocolo a celebrar entre o Município de Tomar e a Associação dos Antigos Alunos dos Colégios Nun'Álvares de Tomar, cujo objeto é a regulação do interesse e colaboração mútua para o tratamento da memória, do espólio e do seu alojamento, bem como a organização de iniciativas, no âmbito e ao redor do sistema educativo e histórico, direta e indiretamente ligado ao antigo Colégio Nun'Álvares de Tomar, valorizando as antigas instalações e outros lugares de memória na cidade e região de Tomar.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do referido protocolo, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PSD não podem deixar de manifestar que aceitam qualquer iniciativa que crie "laços" de colaboração entre a Associação dos Antigos Alunos do Colégio Nun`Álvares de Tomar e o concelho de Tomar.-----

Aliás, desde sempre que temos vindo a defender que o Município de Tomar deveria e poderia potenciar o facto de ter existido nesta terra uma instituição de ensino tão importante como o Colégio Nun`Álvares, onde estudaram vários jovens de todo o mundo, alguns deles que se têm notabilizado em diversas áreas da Sociedade Civil.-----

Muitos foram os estudantes que passaram pelo Colégio de Tomar e que por isso têm uma grande ligação afetiva ao nosso concelho.-----

A Câmara de Tomar devia potenciar esse facto. A Câmara de Tomar devia aproveitar essa mesma ligação afetiva que muitos desses antigos alunos têm a Tomar, nomeadamente de antigos alunos dos países membros do PALOP, sendo até alguns deles grandes figuras de Estado naqueles países e que guardam Tomar e o CNA no seu coração. Poderia e dever-se-ia criar mais "pontes" de ligação no sentido de catapultar Tomar na senda Internacional e



9.  
12

promover Investimentos e criação de emprego em Tomar e esta é uma das muitas oportunidades.-----

Esperamos que este protocolo seja o arranque de uma parceria que se pretenda estabelecer e não fique na "Gaveta", como aliás grande parte das intenções que esta Governação PS/CDU tem anunciado, mas que não são concretizadas."-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques requereu** a prestação de informação detalhada sobre a forma de participação das entidades nos 50% do capital social da Escola Profissional de Tomar que não é detido pelo Município de Tomar.-----

**N.º 02 - PROGRAMA TOMARNATAL 2015**-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "O Município de Tomar iniciou em 2014 um conjunto de atividades de acompanhamento de todo o comércio da cidade no esforço de contribuir para transformar a cidade de Tomar como centro de captação habitual de compras da região, tendo em vista a constituição efetiva de Tomar como centro comercial de ar livre. - O programa TOMARNATAL, integra a dimensão de promoção de Tomar como destino de compras de Natal; integra a iluminação, sonorização e animação do centro histórico, devendo ainda contemplar, a exemplo do que foi concretizado em 2015, uma política ativa de facilitação de estacionamento e mobilidade, para acesso às compras em Tomar.-----

Assim, proponho:-----

1 - No âmbito do previsto no nº3 do artigo 14º do regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar, é isento totalmente o pagamento das tarifas nos dois parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar, nas quartas-feiras dias 2, 9, 16, 23, 30 de dezembro e nos sábados dias 5, 12, 19 e 26 de dezembro, entre as 12H00 e as 24H00;-----

2 - No âmbito do previsto no artigo 11º do regulamento de funcionamento dos transportes urbanos de Tomar, as tarifas a aplicar nos Transportes Urbanos de Tomar, sejam gratuitas nos dias 19, 23 e 24 de dezembro, com emissão de bilhética, em ambas as linhas."-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

O Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

O Sr. Vereador João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro apresentou a seguinte declaração de voto: "Este sistema de incentivos encontra-se completamente desacompanhado de qualquer



9. 1

estratégia, promoção e intercâmbio com os comerciantes de Tomar, pelo que se teme que esta medida venha a ser inócua, não trazendo assim os benefícios que com ela se pretende. -----  
O PSD vota a favor.-----

Todavia entendem que a isenção deveria ser substituída pela cedência aos comerciantes dos próprios "tickets" de estacionamento, no sentido de os mesmos poderem ceder aos seus clientes, consoante e mediante o montante das comprar que os mesmos possam fazer. -----  
Isto sim, vinha potenciar o comércio em Tomar. Isto sim, fazia com que as pessoas aderissem ao comércio tradicional. -----

Esta medida, acompanhada por uma campanha de Marketing, nomeadamente com um slogan que poderia ir no sentido: "Compre no Comércio Tradicional, desfrute dos parques estacionamentos", era mais um contributo com que as pessoas considerassem que valia a pena adquirir e comprar no comércio tradicional de Tomar, pois a valor adquirido era descontado no parque. -----

A medida proposta, sem qualquer de estratégia de colaboração com os comerciantes, poderá ser infértil e não trazer o que de facto se pretende. -----  
Esperemos que no próximo ano a Governação PS/CDU venha a acolher esta sugestão aqui apresentada.". -----

**N.º 03 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS –  
REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 30 DE OUTUBRO DE 2015 -----**

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Após a aprovação da deliberação de câmara, sobre a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos, proposta pelo conselho de administração dos SMAS, constatou-se após cuidada análise que a atual redação da lei dos compromissos (publicada pela lei 22/2015, de 17 de março), determina no seu artigo 6º que é competência material da assembleia municipal, quando envolvem entidades da administração local, que a "assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia." -----

Mais se constatou que essa competência material é apenas delegável no presidente de câmara, nas condições definidas no seu número 3., que determina que "Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 197/99, de 8 de junho, [até 99.759,58€] a competência referida na alínea c) do n.º 1 [dada à assembleia municipal], pode ser delegada no presidente de câmara."



9.

Assim, dado que a deliberação tomada não cumpre objetivamente o determinado na lei, proponho a sua revogação.”-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta e revogar a deliberação que sobre o assunto foi tomada na reunião de 30 de outubro de 2015. -----

Esta deliberação foi aprovada por cinco votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 04 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – delegação de competência na Presidente da Câmara Municipal**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: “Nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 6º da lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, republicada pela lei 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis a assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeito, no que respeita as entidades da administração local, a autorização prévia da assembleia municipal. -----

Nos termos do número 3. do supracitado artigo 6º da lei nº8/2012, na sua atual redação, que determina que “Nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto -Lei n.º 197/99, de 8 de junho, [até 99.759,58€] a competência referida na alínea c) do n.º 1 [dada à assembleia municipal], pode ser delegada no presidente de câmara.” -----

O decreto-lei n.º127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo, no artigo 12.º, que a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das grandes opções do plano. -----

Assim, a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal, para o exercício da sua competência determinada na alínea c) do nº1 do artigo 6º e na possibilidade de delegação prevista no seu nº3, ambos da lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, republicada pela lei 22/2015, de 17 de março, por motivos de simplificação e celeridade processuais, que esta delibere, em relação a todas as entidades da administração local de âmbito municipal, incluindo os Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMAS), para o ano de 2016, delegar no presidente de câmara essa sua competência, nas seguintes condições: -----



9.  
1

1. Que resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das grandes opções do plano e que os seus encargos não excedam o limite de €99.759,58. -----
2. Que sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, uma vez que sejam cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----
3. Que em todas as sessões ordinárias da assembleia municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da delegação de competências agora dada.”-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta e submetê-la ao órgão deliberativo, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi aprovada por cinco votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge. -----

**N.º 05 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: “Nos termos da alínea p) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição de um subsídio de 4.800€ (quatro mil e oitocentos euros) ao centro cultural e desportivo da câmara municipal e serviços municipalizados de Tomar, a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Senhores Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: “Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios. -----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----



2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram? -----

**N.º 06 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR -----**

Foi presente uma proposta da Senhora Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de seis mil euros (6.000€), a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 3770/2015, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi aprovada por maioria de seis votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

**INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 07 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS NA SENHORA PRESIDENTE – despachos ao abrigo da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro -----**

Foi presente, para conhecimento, listagem dos despachos proferidos pela Sra. Presidente, desde janeiro de 2015, no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**N.º 08 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE OUTUBRO DE 2015 -----**

Foi presente a informação n.º 396/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de outubro de 2015. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas durante o mês de outubro de 2015 e os apoios prestados, no montante total de 1.530,50€. -----



Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO:** -----

**N.º 09 - APOIOS A ENTIDADES EXTERNAS – Relatório de custos de impressão – outubro de 2015**-----

Foi presente o relatório de custos de impressão de material a entidades externas, realizados pelo Gabinete de Comunicação durante o mês de outubro de 2015.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos que autorizaram os diversos apoios prestados, no montante global de 12,60€.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:** -----

**N.º 10 - APANHA DA AZEITONA NO LOGRADOURO ENTRE A RUA DA CASCALHEIRA E A RUA DA FÁBRICA DE FIAÇÃO**-----

No seguimento da deliberação de 3 de agosto de 2015, foi presente a proposta da Sra. Presidente submetendo ao Executivo Municipal a ratificação do despacho n.º 447/2015 do Gabinete de Economia Local Sustentável, que autorizou a colheita de azeitona no logradouro sito entre a Rua da Cascalheira e a Rua da Fábrica de Fiação, conforme solicitado por António Manuel Piedade Mendes.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 447/2015 do Gabinete de Economia Local Sustentável, que autorizou a colheita de azeitona no logradouro sito entre a Rua da Cascalheira e a Rua da Fábrica de Fiação.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 11 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO À JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS**-----

Foi presente a informação n.º 6514/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a autorização do Executivo Municipal a cedência de veículo, no dia 21 de novembro de 2015, para recolha de alimentos em superfície comercial da cidade, conforme solicitado pela Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ceder o referido equipamento, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----



9. 1

**N.º 12 - CEDÊNCIA DE GASÓLEO AO UNIÃO FUTEBOL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE TOMAR**-----

Foi presente a informação n.º 6269/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a ratificação do Executivo Municipal, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de gasóleo para abastecimento do autocarro do União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, cedido ao Município de Tomar para transporte da Tuna Sabes Cantar da Escola Secundária Santa Maria do Olival a Lisboa, no dia 24 de outubro de 2015, originando uma despesa até 358,00€.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do gasóleo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 13 - PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2015/2016**

Foi presente, para conhecimento, o Plano Municipal de Transportes Escolares para o ano letivo 2015/2016, aprovado ao abrigo da competência prevista na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, objeto de delegação por deliberação de 22 de outubro de 2013 e de subdelegação por despacho de 2 de maio de 2014.

A Câmara tomou conhecimento.

**N.º 14 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESPECIAIS A CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS CARENCIADAS – ANO LETIVO 2015/2016 – JARDINS DE INFÂNCIA – 2.ª FASE**-----

Foi presente a informação n.º 1345/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a atribuição de subsídios especiais a seis crianças provenientes de famílias carenciadas do Concelho de Tomar, a frequentar o jardim de infância, no ano letivo 2015/2016, nos termos nela constante.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a supra referida informação, deliberou aprovar a atribuição de subsídios especiais a seis crianças provenientes de famílias carenciadas do concelho de Tomar, a frequentar o jardim de infância, no ano letivo 2015/2016, conforme quadro resumo, no valor total estimado de 1.819,70€. ----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

**N.º 15 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – 2.ª FASE**-----



*[Handwritten signature]*

Foi presente a informação n.º 1348/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de auxílios económicos a alunos carenciados do primeiro ciclo do ensino básico, no ano letivo 2015/2016, nos termos nela constante.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a supra referida informação, deliberou atribuir auxílios económicos a alunos carenciados do primeiro ciclo do ensino básico, no ano letivo 2015/2016, conforme quadro resumo, no valor total estimado de 2.041,00€-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**UNIDADE DE DESPOSTO E JUVENTUDE:** -----

**N.º 16 - CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PARA JOGOS E TORNEIOS OFICIAIS NA ÉPOCA 2014/2015 – ISENÇÃO DE CUSTOS**-----

Foram presentes as informações n.ºs 1101/2015 e 1245/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, a isenção do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais para jogos oficiais e torneios na época 2014/2015, no valor global de 4.116,20€, conforme solicitado pelos clubes e associações constantes dos mapas discriminativos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, considerando a proposta da Sra. Presidente, deliberou, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais, isentar o Sporting Clube de Tomar, o Ténis Clube de Tomar, o União Futebol Comércio e Indústria de Tomar, a Escola de Futebol de Tomar, o Núcleo Sportinguista de Tomar e os Serviços de Ação Social do IPT do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas municipais para jogos oficiais e torneios, realizados no período compreendido entre setembro de 2014 e agosto de 2015, no valor de 1.733,50€, 1.369,20€, 637,15€, 257,90€, 97,00€ e 21,45€, respetivamente, a considerar no âmbito do apoio ao associativismo.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 17 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Futebol de Santarém** -----

Foi presente a informação n.º 1254/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência gratuita da sala de formação do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para realização de reunião de trabalho dom os clubes da zona



*[Handwritten signature]*

norte, no dia 12 de outubro de 2015, conforme solicitado pela Associação de Futebol de Santarém.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Futebol de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 5,50€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 18 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DA SALA DE FORMAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Associação de Patinagem do Ribatejo**-----

Foi presente a informação n.º 1255/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência gratuita da sala de formação do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para realização de reuniões do Conselho de Arbitragem, no dia 14 de novembro de 2015, e nos dias 9 de janeiro, 27 de fevereiro e 23 de abril de 2016, conforme solicitado pela Associação de Patinagem do Ribatejo.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Patinagem do Ribatejo do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, no valor de 66,00€, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**N.º 19 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Associação de Natação do Distrito de Santarém**-----

Foi presente a informação n.º 1329/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita das piscinas do Complexo Desportivo Municipal, nos dias 13 (tarde), 14 e 15 de novembro de 2015, para realização de provas de apuramento de infantis do campeonato distrital de absolutos, conforme solicitado pela Associação de Natação do Distrito de Santarém.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação de Natação do Distrito de Santarém do pagamento devido pela utilização das referidas instalações desportivas, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte cinco minutos minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----



Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

*Avelina Maria Lopes Leal*  
*Avelina Maria Lopes Leal*